

Diálogo com credores foi apenas iniciado, diz o presidente do BC

por Waldo Nogueira
de Salvador

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, confirmou ontem, em Salvador, após a solenidade de abertura do XV Encontro Nacional de Bancos, que a comunidade financeira internacional está demonstrando receptividade a uma renegociação plurianual da dívida externa brasileira. Com os progressos já conseguidos pelo País na elevação do superávit comercial e na redução do déficit em conta corrente, a preocupação dos banqueiros, no momento, segundo Pastore, é com a continuidade do programa de ajustamento da economia e com a criação de condições para permitir um fluxo aceitável de pagamento.

As reuniões com banqueiros na semana passada, em Nova York, representam apenas um início de diálogo: "Vamos continuar negociando", disse Pastore, sem mencionar nenhuma proposta concreta que o Brasil pretende apresentar.

Ao falar na solenidade de abertura do encontro, Pastore concordou que o problema principal da economia brasileira é a inflação. Uma situação diferente da de um ano atrás, quando a dívida externa se mostrava o problema principal e aparentemente insolúvel. Hoje, disse o presidente do Banco Central, os problemas relativos à dívida externa não estão completamente superados, mas houve uma grande evolução. "Temos uma reserva cam-



Affonso Celso Pastore

bial respeitável e um bom desempenho nas exportações."

Conforme Pastore, a inflação emerge com o problema central e somente cederá com austeridade fiscal e monetária. Embora a taxa de inflação continue elevada, houve, de acordo com o presidente do BC, progresso na redução do déficit operacional, que passou do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1982 para um superávit da ordem de 0,5% do PIB neste ano. O momento, disse Pastore, é de dedicar à inflação "toda energia e toda força de combate".

REFORMA BANCÁRIA

Pastore informou ainda que o projeto de reforma bancária — um dos temas a ser discutidos no encontro que se realiza em Salvador — está pronto e deverá ser aprovado em dezembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).